



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – LICENCIATURA

**TRADIÇÃO E LITERATURA ORAL AFRICANA:
A PERSPECTIVA DOS TRADICIONALISTAS *DOMA, DJÉLIS E GRIOTS***

LELIANE DE OLIVEIRA PENTEADO

Foz do Iguaçu
2022



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

HISTÓRIA - LICENCIATURA

**TRADIÇÃO E LITERATURA ORAL AFRICANA:
A PERSPECTIVA DOS TRADICIONALISTAS DOMA, DJÉLIS E GRIOTS**

LELIANE DE OLIVEIRA PENTEADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.
Orientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri da Silva

Foz do Iguaçu

2022

LELIANE DE OLIVEIRA PENTEADO

**TRADIÇÃO E LITERATURA ORAL AFRIACANA:
A PERSPECTIVA DOS TRADICIONALISTAS DOMA, DJÉLIS E GRIOTS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri S. da Silva
UNILA

Prof. Dra. Ana Rita Uhle
UNILA

Prof. Dra. Naiara Krachenski
UNESPAR

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

RESUMO: Através de estudo baseado em análise bibliográfica, esta pesquisa baseou-se na perspectiva de autores africanos, africanistas e brasileiros sobre o lugar da tradição oral nas regiões subsaarianas da África Ocidental. Notadamente, as tradições orais para as sociedades africanas representam a emancipação cultural e afirmação identitária sobre a descrença que os antepassados europeus investiram sobre o continente africano, o invisibilizando e tornando um continente “sem passado” e história. Sendo a literatura oral o apêndice para compreender essas tradições orais africanas bem como seus agentes difusores, os tradicionalistas Doma, os griots, e os djélis. Estes através da oralidade conduzem as narrativas das etnias que representam, narrativas carregadas de elementos legítimos que permite à historiografia elucidar mistérios do passado e preencher lacunas que possibilitam o conhecimento original sobre a África Ocidental.

Palavras-chave: África; oralidade; tradição oral; tradicionalistas; historiografia.

RESUMEN: A través de un estudio basado en el análisis bibliográfico, esta investigación se basó en la perspectiva de autores africanos, africanistas y brasileños sobre el lugar de la tradición oral en las regiones subsaharianas de África Occidental. En concreto, las tradiciones orales para las sociedades africanas representan la emancipación cultural y la afirmación de la identidad sobre la incredulidad que los antepasados europeos invirtieron en el continente africano, invisibilizando y haciendo un continente "sin pasado" e historia. La literatura oral es el apêndice para comprender las tradiciones orales africanas, así como sus agentes difusores, los tradicionalistas Doma, los griots y los djélis. Estos a través de la oralidad lideran las narrativas de las etnias que representan, narrativas cargadas de elementos legítimos que permiten a la historiografía dilucidar misterios del pasado y llenar vacíos que permiten el conocimiento original sobre África Occidental.

Palabras clave: África; oralidad; tradición oral; tradicionalistas; historiografía.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada com o intuito de agregar conhecimento, e dar notoriedade a agentes que protagonizaram a desmistificação da história da África, assim como a sua reescrita baseada na originalidade africana, por intelectuais africanos. Sendo este trabalho, confeccionado a partir da análise bibliográfica e compreensão de obras escritas por intelectuais africanos e também brasileiros que observaram a temática da oralidade como uma ferramenta que pode ser explorada como fonte histórica para acrescentar dados à historiografia e revelar aspectos das experiências socioculturais de povos africanos, especificamente nesta pesquisa, de sociedades subsaarianas da África Ocidental. Utilizando de elementos que compõem a literatura oral é possível compreender as tradições orais africanas e identificar nas narrativas elementos característicos de fontes históricas. Sendo atribuído ao pesquisador/historiador a missão de desvelar tais fatos como verídicos e legítimos baseando-se em elementos culturais e sociais das sociedades em que se baseia o estudo. Como elementos protagonistas deste trabalho estão os tradicionalistas Doma, os griots, djélis, nyamakala, que são os principais agentes responsáveis pela conservação da memória coletiva na África Ocidental e preservação do patrimônio ancestral e familiar da sociedade que representa. Cada casta possui um papel diferenciado dentro da tradição oral africana, e de acordo com a etnia pertencente, eles são dotados com os conhecimentos ancestrais passados através das gerações pela oralidade.

Os tradicionalistas, além de transmissores das tradições, também estreitavam os laços entre o povo e a soberania, eram agentes comunicadores que pela palavra falada e cantada disseminavam em suas narrativas, epopeias e canções as tradições culturais africanas desde os tempos mais remotos, evidenciando sua importância no resgate de fontes orais para a historiografia africana. Por isso a necessidade de o olhar do pesquisador/historiador confraternizar com as demais ciências sociais que envolvem a pesquisa das relações socioculturais, a fins de obter um levantamento científico baseado significativamente sob a ótica das sociedades autóctones africanas.

DA JUSTIFICATIVA

O período compreendido entre as primeiras invasões coloniais em África, especialmente desde seu início no século XV, até as lutas de libertação e os processos de descolonização na segunda metade do século XX, foi violento e extremamente opressor para com os povos africanos. Afinal de contas, um dos efeitos diretos do colonialismo foi a expropriação e exploração das suas terras e da mão de obra, o que implicava também na negação ou na

inferiorização das identidades culturais africanas: por meio de uma série de práticas colonialistas, os europeus impediram os povos africanos de praticar sua cultura e por fim nem dos próprios corpos os negros africanos possuíam o domínio.

Eram incessantes as tentativas da dominação colonial em civilizar o negro africano e o inserir na cristandade dentro dos moldes europeus. A violência não era somente sobre o corpo dos negros africanos, pois implicava também em níveis de violência simbólica, especialmente a negação de seus espaços identitários e culturais, ao exemplo da espiritualidade, da arte e dos conhecimentos técnicos. Dessa forma, a marginalização das culturas africanas contribuiu para o embranquecimento dos conhecimentos científicos africanos e tudo que era considerado de interesse aos colonizadores, sendo estes sugados e apropriados pelo colonialismo europeu, criando a partir disto estereótipos sobre a África e suas gentes.

Estas intolerâncias serviram de justificativa para os processos de colonização e dominação territorial e cultural estrangeira, assim como a exploração de recursos aliados a escravização do negro africano e a extinção de costumes e tradições ancestrais dessas sociedades.

Com base nesses dados pode se observar que a História da África foi escrita através da ótica eurocêntrica dominadora, o que culminou na invisibilização da cultura africana, assim como o desprezo pelos saberes e conhecimento, práticas religiosas e negligência da tradição e memória coletiva. O resultado não poderia ser diferente do que a consideração destes pela África como um continente sem passado e sem história, mais próximo do “estado natural” ou “primitivo” e sem progresso ou transformações históricas (GINO, 2015).

Após anos de produção historiográfica imbuída de racismo, imaginário pejorativo e esquecimento, a história de África passou a ser discutida, revista e formulada por uma corrente de intelectuais africanos, que iniciou um trabalho de escrever a história do continente principalmente com intuito de apagar o depauperamento que o mito europeu construía sob o ideal de inferioridade dos povos africanos. Eles almejavam reformular a História do continente, que por séculos foi escrita sob a perspectiva branca, eurocêntrica e construída através do imaginário de viajantes e escritores europeus e essas reproduções imagéticas eram carregadas de estereótipos e mitos sobre o continente, tendo o negro africano, como uma criatura mítica, relatado sempre como um ser inferior e selvagem (GINO, 2015).

Segundo o historiador Carlos Lopes (1995), a reestruturação da escrita da História da África, em meados das décadas de 1960 e 1970, teria uma perspectiva voltada em demonstrar a superioridade africana a fins de romper com a dualidade comparativa imposta pela estrutura colonial às sociedades africanas, mas principalmente dar visibilidade às práticas e conhecimentos que o Ocidente usurpou e usufruiu, mas não reconheceu como de legitimidade

africano. E segundo ele, essa seria a proposta da escrita: “[...] escrever a história dos povos de África longe do binômio do colonizador-colonizado, afastando-se o mais possível da historiografia colonial, exceto quando esta fornecia argumentos favoráveis à superioridade africana”. (LOPES, 1995, p.26).

O autor, em seu texto intitulado *A pirâmide Invertida – Historiografia Africana feita por Africanos*, se utiliza da expressão, “pirâmide invertida” como maneira de expressar o quão significativo foi o resultado posterior a corrente de novos historiadores africanos e africanistas na segunda metade do século XX, dos quais destacam-se Joseph Ki-Zerbo, e o seu impacto sobre a historiografia africana. E se hoje é possível acessar tal conhecimento é porque intelectuais como ele iniciaram essa trajetória para contar que a África também tem História. (LOPES, 1995, p.25).

Intelectuais negros africanos como Joseph Ki-Zerbo, Djibril Tamsir Niane, Amadou Hampâte Bâ, Cheick Anta Diop, e outros, contribuíram para essa reformulação. Um dos maiores projetos intelectuais vinculados à renovação da historiografia africana foi efetivada entre 1980 e 1990 com o apoio da UNESCO: a coletânea “*História Geral da África*”, composta por oito volumes e que contempla a História africana do ponto de vista, também, de escritores e intelectuais africanos comprometidos com a superação estereótipos estrangeiros, abrangendo desde a pré-história do continente até o período da independência do domínio colonial. De acordo com Muryatan Barbosa (2012), o projeto coletivo de uma *História Geral da África* estava embasado na construção de uma “perspectiva africana” sobre o passado, capaz de superar os preconceitos colonialistas sobre o continente, além de promover a recuperação e salvaguarda das fontes históricas (tanto as fontes escritas quanto as orais) e a identificação das lacunas historiográficas. O Processo de ressignificação foi fundamentado com o auxílio de documentos escritos, arqueologia e principalmente do resgate das tradições orais africanas, como patrimônio imaterial e memórias coletivas ancestrais que transitam entre o plano espiritual e a realidade, somados as relações e experiências culturais das sociedades africanas. (GINO, 2015, p. 04).

Para tal, a literatura oral e as metodologias assimiladas a sua projeção, fez se necessária como fonte para registrar a história das sociedades africanas que antepunham a oratória como meio de comunicação das relações sociais e preservação das tradições.

LITERATURA ORAL E HISTÓRIA AFRICANA

Determinadas sociedades, tanto brasileiras e africanas, contam sua história através da palavra falada. Assim, a oralidade é o componente cultural que permite a essas sociedades a

transmissão da memória coletiva, dos seus valores sociais, regras e leis, crenças e conhecimentos históricos, inclusive intermediando sua relação com o passado. Principalmente em África Ocidental, as tradições culturais dessas sociedades se transmitem e concretizam através da oralidade, veículo condutor dos costumes desde os tempos antigos até os dias atuais. A compreensão dessas tradições como uma forma de literatura oral implica em entendê-las como fonte de registro historiográfico que permite o estudo e conhecimento sobre a vivência e cultura dessas sociedades, que, por muitas vezes foram relegadas ao esquecimento ou menosprezadas por não possuírem uma linguagem escrita. Segundo Schiffler (2017), o conceito de “literatura oral” implica em compreender como esses acontecimentos, dirigidos sob a perspectiva do sujeito-intérprete, são transformados em registros para a posteridade.

Nessa perspectiva, o narrador mobiliza um repertório de gestos e palavras, um sincronismo perfeito, o vocabulário dança no ritmo da canção, passeia pela cultura, os gestos, imitam todos os lugares, pessoas e objetos que somente aquele sujeito carrega na memória, e transfere todos esses elementos para a sua narração, de uma forma que faça com que cada ação narrativa seja uma experiência diferente. Além disso, é preciso considerar também que a arte do improvisado e a sua relação com os espectadores envolve elementos de não podem ser plenamente captados de sobre a égide da palavra escrita.

Para Salvador Bonifacio Domingos Tito (2018, p.27), em sua dissertação de mestrado, intitulada *O gênero da fábula na literatura de tradição oral angolana e portuguesa: o caso de Icolo e Bengo e Bragança*, a oralidade é um elemento de transmissão de conhecimentos, valores e preceitos morais, antecessor ao processo da escrita, transmissor de experiências culturais e sociais delegados de geração em geração. E que a literatura oral deveria ser melhor estudada e aprofundada por pesquisadores da área, sendo um elemento usual do âmbito cultural e social e suas contribuições são imensuráveis para a preservação do patrimônio cultural, “ela representa o espírito da própria manifestação da cultura coletiva” (TITO, 2018 p.28).

Em suma, a literatura oral está inserida nas narrativas, ao exemplo de lendas, mitos, contos e canções, que detêm a verbalização como princípio fundamentador. E possui variadas denominações para o termo, e cada pesquisador do assunto se utiliza de uma designação, de acordo com sua percepção e individualidades identificadas no contexto em que trabalha a temática da tradição oral. Salvador Bonifacio Domingos utiliza da designação “literatura da tradição oral” e menciona que há uma certa resistência para a designação de literatura, ao que se aplica a etimologia da palavra *literatura*, que vem do latim, *littera* e significa “letra”, logo associa-se com a escrita, o que não pode ser levado unicamente pelo sentido do significado da palavra, “porque existem literaturas de tradição oral e práticas escritas não literárias”. Já *oral*, também do latim, remete à “boca”, algo que foi produzido pela boca, comunicação oral, e

tradição, em latim *traditio*, faz referência a transmitir ensinamentos, entregar, repassar valores morais, hábitos estes verbalizados oralmente e transmitidos de geração em geração (TITO, 2018. p.25-26). Além disso, como afirma Jean Derive, considerar a transmissão oral a partir do conceito de “literatura” implica em destacar a “consciência poética da linguagem” (DERIVE, 2010, p. 12) presente nas sociedades da palavra falada em África.

Tal explicação aqui se fundamenta para a contextualização da tradição da oralidade e da importância desta como fonte histórica em diversas regiões do continente africano, sobretudo na África Ocidental. Segundo António Fonseca (1996), citado por Schiffler:

A literatura oral é funcional na medida em que responde a uma necessidade e a uma utilidade social. Por um lado, constitui um meio de preservar e transmitir de forma expressa ou não os elementos essenciais da memória coletiva; por outro lado, as memórias são susceptíveis de serem adequadas às necessidades cruciais num dado momento histórico (SCHIFFLER, 2017 p.119).

HISTORIOGRAFIA DA TRADIÇÃO ORAL: NOVAS PERSPECTIVAS

A depreciação do papel da tradição oral nas culturas africanas, sob a perspectiva das sociedades “letradas” europeias, era justificada pela descrença da legitimidade da oralidade como fonte de registro de histórias e memórias individuais e coletivas, relegando à tradição um papel simplório de sustentação apenas de contos e histórias de menor importância, já que não possuía evidências físicas comprobatórias. Sobretudo até o século XIX, era elevada a posição da fonte escrita que, em sua consumação transmitia as práticas e regras sociais, preservando os costumes das civilizações desde os tempos remotos, daqueles que tinham a grafia como método de sustentação dos meios e interações sociais. Em consonância a tal afirmativa sobre o retrocesso da tradição oral em relação à escrita, o escritor e griô malinês Hampaté Bâ (2010) aponta que “a tradição reveste de carne e de cores, irriga de sangue o esqueleto do passado. Apresenta sob as três dimensões aquilo que muito frequentemente é esmagado sobre a superfície bidimensional de uma folha de papel”. (HAMPATÉ BA, 2010, p. XXXIX).

Contudo, desde o processo de consolidação e renovação dos estudos africanos e da História da África, empreendido a partir das décadas de 1960 e 1970, a atenção de muitos historiadores africanos e africanistas se deteve na tradição oral como importante fonte de conhecimento sobre os passados africanos. O historiador Joseph Ki-Zerbo, que integrou esse momento de ampliação nas formas de escrever os passados da África, já apresentava a possibilidade de investigar o passado africano a partir da “tipologia dos testemunhos transmitidos” por meio da “técnica da literatura oral” (KI-ZERBO, 1972, p. 28). Desde então, importantes estudos e reflexões a respeito do caráter histórico da tradição oral no continente

africano foram desenvolvidos a partir dos trabalhos de estudiosos como Amadou Hampâté Bá e o historiador belga Jan Vansina.

Jan Vansina nasceu em 1929, na Antuérpia. Foi um historiador e antropólogo que se dedicou à pesquisa sobre a história da África central, tendo como foco a metodologia histórica sobre a oralidade, e segundo ele, cronologicamente, as tradições das genealogias dificilmente precedem ao século XVIII, e tornam-se questionáveis, necessitando de adequada problematização histórica a partir do auxílio de outras ciências como a arqueologia, com o objetivo de atestar a veracidade e preencher as lacunas necessárias.

Na perspectiva do autor, as genealogias, os elementos que constituem as tradições (tempo, espaço, fenômenos naturais ou astronômicos, religiosos e sociais) somados a vestígios arqueológicos encontrados por pesquisadores corroboram para fundamentar a história da tradição oral e dar legitimidade às narrativas ancestrais. Mas as sociedades orais possuem características específicas, então um elemento característico de uma tradição para um povoado não será de interesse para outros. Cada geração se utiliza de elementos que possuem relevância e destaque para si própria em suas tradições (VANSINA, 2010, p.157).

Amadou Hampâté Bâ, nasceu em 1901, no Mali. Foi um importante historiador, escritor, genealogista e estudioso da memória tradicional africana, e colaborou para a formulação da coletânea da *História Geral da África*. Em suas obras trouxe relevância para as culturas africanas, mas principalmente às tradições orais, que compuseram a sua trajetória de vida. Afinal, em suas obras é perceptível a importância da tradição oral como elemento unificador das sociedades africanas, como pode se observar segundo o relato do autor sobre a tradição.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda a espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167).

De acordo com Hampaté Bâ, o *Komo*, a escola de iniciação presente nas sociedades Mandes que vivem na região da África Ocidental, trata sobre a origem mítica da palavra, que em suma trata da criação de um ser especial, o homem - *Maa*, pela deidade *Maa Ngala* como parte de si próprio, o homem, como o único ser capaz de transmitir o conhecimento divino.

O autor, partindo da perspectiva celestial, configura *Maa* como um recipiente abastecido, pelo seu criador, do conhecimento de tudo o que existe e agraciado também por este, com a habilidade da Mente e Palavra e unido com as virtudes do poder, querer e do saber, foi designado como o guardião do universo e transmissor do conhecimento divino sobre tudo o que se conhece. *Maa*, como detentor do dom da palavra, transmitiu a todos os seus sucessores

tudo o que aprendeu, as palavras divinas e sagradas advindas do criador, desta forma, dando início a difusão da oralidade entre os seres deste plano terrestre, assim como perpetua hoje as Ordens do Mali (Komo, Nama, Kore etc).

O conhecimento divino é uma força que, quando acionado, emana do pensamento, se transforma na fala e é convertida para o som. Assim, a fala é a concretização da força e poder supremo que erradia do conhecimento divino, afinal, “a fala pode criar a paz, assim como pode destruí-la. [...] Por essa razão a fala, por excelência, é o grande agente ativo da magia africana.” (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.173).

Nessas sociedades, quem propaga a mentira, está corrompendo a si próprio, um mentiroso jamais poderia se tornar um “mestre da palavra”, ou Doma, e se um tradicionalista fosse pego em tal ato falho e perderia sua credibilidade para exercer a função de mestre (HAMPÂTÉ BÂ, 2010).

[...] nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele *e* a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra. (HAMPATÉ BÂ. 2010 p.168).

Jan Vansina (2010) também estabelece elementos que configuram as variadas tradições identificadas dentro da literatura oral africana, existindo divergências a respeito das *tradições oficiais* e *tradições particulares*. Considerando *as tradições oficiais* autênticas por contemplar as origens e histórias das gerações dos reis e tratar de assuntos do âmbito legal e público sobre propriedades. E as *tradições particulares*, legítimas para àqueles que as transmite, mas colocadas em perspectiva de outros grupos sociais são colocadas em segundo plano, embora seja relevante na elucidação de questões históricas e sociais. Mas de fato, dentro do patrimônio familiar esteja mais abastecida de veracidade do que outras tradições.

Como elemento característico das produções orais, a tradição deve ser analisada a partir da interdisciplinaridade de diferentes áreas do conhecimento, no entrecruzamento da literatura, dos estudos linguísticos, da história, da antropologia, da sociologia e da etnografia, para que haja uma ampla compreensão sobre todos os aspectos que ela abrange, pois possui uma forte ligação com a estrutura social e cultural de uma sociedade.

É preciso considerar também, na análise desse processo de construção da tradição oral em sua estrutura formalizada, a presença de figuras de linguagem de trato formal na composição dos seus gêneros (como metáforas, metonímias, eufemismos, antíteses, paradoxos, ironias e sinestésias) para os textos orais e também a presença de linguagens poéticas (como métrica, rima, assonâncias e aliterações).

Através de apontamentos de Jan Vansina sobre a composição da tradição oral, é possível delinear algumas tipologias recorrentes de narrativas orais, em especial a fixa (poema e fórmula) e a livre (epopeia e narrativa). *Poema* é apenas um termo que abriga variações decoradas, inclusive canções; a *fórmula* está presente nos provérbios, genealogias, charadas e orações, em sua disposição também é decorada, porém não segue as mesmas normas de constituição. Na *epopeia* o autor, dentro das normas gramaticais e obedecendo a formalidade dos elementos, tem autonomia de utilizar as próprias palavras. Em geral, a epopeia é de gênero formal podendo haver variantes de arquétipos produzidos segundo alguns autores. A *narrativa*, por sua vez, permite a autonomia em sua estruturação, porém, seu princípio literário há de ser cumprido, a narrativa pode transitar pelo lúdico, desde que se atenha a expor somente testemunhos oculares em sua composição (VANSINA, 2010, p.143).

Para o autor, é uma atribuição do ofício de historiador a difícil missão de catalogar, estudar e aferir uma profunda conferência de todas as fontes da narrativa oral disponibilizadas e compreender, através de suas diversificadas expressões étnicas, o contexto em que foram escritas, para de forma límpida através das narrativas orais obter conhecimento sobre as sociedades e suas histórias.

Para inteirar-se sobre como são construídas e transmitidas as tradições, o historiador/investigador deve submeter-se à uma reflexão da consciência histórica, obter familiaridade com estas projeções narrativas e aproximar-se dos tradicionalistas locais. Nas orientações metodológicas de Jan Vansina, é fundamental ao historiador compor um roteiro e estipular um recorte específico sobre o conteúdo a ser pesquisado também auxiliará o pesquisador a coletar fontes pertinentes ao seu estudo. O exercício de transcrição da tradição oral requer reflexão e eutimia, pois somente o conhecimento instintivo do historiador não se faz suficiente para promover a transcrição das narrativas da tradição oral. Dessa forma, é preciso refletir minuciosamente sobre o campo sociológico dessas organizações sociais para obter conhecimento sobre a cultura e a linguística dessas coletividades (VANSINA, 2010, p.145).

A diversidade de vocabulário e dialetos é um desafio para os historiadores que lidam com as tradições orais no continente africano, que, por vezes necessitam de apoio de linguistas regionais para examinar os registros, para que sejam estes transcritos seguindo fielmente a fonte original. Por isso a interdisciplinaridade das ciências sociais se faz fundamental na análise, tradução e transcrição desses registros.

Em sintonia e concordância sob o aspecto afirmativo da importância da oralidade tanto como fonte para registros oficiais, como elemento cultural Jan Vansina (2010) e Joseph Ki-Zerbo (2010), exalam suas perspectivas sob o assunto:

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral (VANSINA 2010 p.140).

A oralidade não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor e à qual nos resignamos por desespero de causa. É uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que se confere à história do continente africano uma notável originalidade (KI-ZERBO, 2010, p. 35).

OS TRADICIONALISTAS DOMA

Havia além dos *djélis* e *griots*, outros sujeitos que também transportavam o conhecimento através da oralidade, segundo Hampâté Bâ, os tradicionalistas Doma, eram as testemunhas da história viva, em especial na África Ocidental, nas savanas localizadas ao sul do Saara. Eles possuíam grande conhecimento ancestral transmitido por um criador antecessor, o homem-*Maa*, originado de uma divindade de força e poder supremo e que lhe concedera o dom da fala (*Maa Ngala*), para assim transmitir tudo o que aprendeu sobre todas as coisas através da palavra falada.

O autor ainda aponta os mestres tradicionalistas como os conhecedores das *ciências da vida*, e se tratando de contextos africanos, especialmente na África Ocidental, possuem um amplo conhecimento sobre a agricultura, cosmologia, medicina, todo assunto de relevância e de utilidade sobre a vida. Baseado na tradição da ancestralidade, transmitem seus conhecimentos pela oralidade, assim os descreve o autor:

Em bambara, chamam-nos de *Doma* ou *Soma*, os “Conhecedores”, ou *Donikeba*, “fazedores de conhecimento”; em fulani, segundo a região, de *Silatigui*, *Gando* ou *Tchiorinke*, palavras que possuem o mesmo sentido de “Conhecedor”. Podem ser Mestres iniciados (e iniciadores) de um ramo tradicional específico (iniciações do ferreiro, do tecelão, do caçador, do pescador, etc.) ou possuir o conhecimento total da tradição em todos os seus aspectos. (HAMPÁTÊ BÂ, 2010, p.175). (grifos do autor).

Estes tradicionalistas percorriam longínquas distâncias para receber os ensinamentos dos grandes Doma, que possuíam um conhecimento amplo sobre todas as ciências e a sobre a vida. Estes pertencem a uma casta de tradicionalistas *conhecedores*, os *djélis* assim como os *griots*, pertencem a outras castas tradicionalistas que também fazem uso da oralidade para transmitir seus conhecimentos sobre outras coisas específicas. Um *djéli* ou *griot*, é um tradicionalista, porém não necessariamente um *conhecedor* como o *doma*, isso porque todos percorrem o caminho da iniciação, destinados a cada um de acordo com a Ordem onde são enviados para obter tal consagração. Nas comunidades de língua e cultura bambara, que, por sua vez, fazem parte de um grupo maior, chamado Mandê, localizadas especialmente nas atuais regiões do Mali, Guiné, Burquina Faso e Senegal, os tradicionalistas Doma podem ser mestres em algum

ramo tradicional específico, como por exemplo, ferreiros ou tecelões, ou ainda deter o conhecimento total da tradição. Eles seguem o princípio da verdade, pois acreditavam que herdaram de *Maa*, o primeiro homem, a palavra sagrada, sendo eles a ligação que equilibra o mundo material ao espiritual por isso não poderiam faltar com a verdade, para não romper esse equilíbrio.

Antes de iniciar seus rituais de aprendizagem, o *doma* pede a orientação do divino, para que não troque as falas ou lhe falte reminiscência. Ainda segundo o autor, não se deve interpretar a maneira festiva de ensinar dos *doma* com a atribuição dos *djélis*, *griots* e *woloso*. Comentando brevemente sobre os *woloso*, segundo nota do autor, eles são empregados que estão vinculados por gerações a uma mesma família, que se utilizam dos recursos da família, os “cativos da casa”, não seguem os mesmos preceitos que outras castas de tradicionalistas, possuem liberdade de expressão e ação. A tradição oral exercida por estes agentes, por vezes falta com a verdade a fins de fantasiar os fatos e torná-los mais agradáveis àqueles que os ouvem (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.176-180).

O *doma*, quando aborda uma narrativa que não está sob o domínio da sua área de conhecimento, referencia o conhecimento daquele a quem o forneceu, respeitando a cadeia de transmissão e confirmando a veracidade. No percurso da narrativa, pode também acrescentar elementos à fala, mas o *doma* transparece o que é do seu entendimento e o que a ele foi ensinado, e estas transmissões em cadeia acabam por enriquecer o aprendizado, dessa forma, mantendo viva a memória, a tradição e originalidade (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.181).

O aprendizado desta casta não é mensurado à quantidade de palavras aprendidas, mas à significância e aplicabilidade delas durante o decorrer da vida. Dessa forma, os estudiosos africanos e europeus que se interessarem em discorrer sobre os assuntos ligados à religião e tradição dos *doma*, terá de se integrar a uma escola de iniciação, pois segundo esses preceitos, “existem coisas que não ‘se explicam’, mas que se experimentam e se vivem” (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 182).

O descumprimento dessas normativas tradicionais implica na variabilidade do discurso, implicando inclusive na falta com a verdade, como já ocorrerá anteriormente no período colonial, onde pesquisadores e etnólogos estrangeiros se propuseram a escrever sobre as experiências de vida das sociedades africanas, mas sem participar efetivamente destas vivências não obteriam um estudo qualificado e esclarecedor, resultando a incompleta coparticipação em relatos imprecisos e destoantes sobre as realidades dessas tradições (HAMPÂTÉ BÂ, 2010).

Infelizmente a tradição *doma* não atinge um alcance promocional como as outras tradições orais que são mais difusas. Além disso, Hampâté Bâ afirma que estão deixando sucumbir e cair no esquecimento, sua tradição não se prolongará por muito mais tempo:

Dentro de 10 ou 15 anos, os últimos grandes *Doma*, os últimos anciãos herdeiros dos vários ramos da Tradição provavelmente terão desaparecido. Se não nos apressarmos em reunir seus testemunhos e ensinamentos, todo o patrimônio cultural e espiritual de um povo cairá no esquecimento juntamente com eles, e uma geração jovem sem raízes ficará abandonada à própria sorte” (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.176). (grifos do autor).

OS DJÉLIS

Como proposta de reconstrução da historiografia africana na segunda metade do século XX, a tradição da oralidade desempenhada pelos tradicionalistas, sejam eles, *doma*, griots, *djélis* entre outros, foi considerada a fonte que mais se aproxima dos “lugares de memória” (NORA, 1993), representativo das formas de reelaboração do passado, sobretudo da resistência dos povos africanos como processo de emancipação cultural e descolonizadora.

As interpretações de *djélis* e griots são variáveis de acordo com as comunidades e grupos étnico-linguísticos que possuem indivíduos que exercem essa atividade, sendo a tradição local o dogma que rege as funções dessas classes de tradicionalistas. Alguns autores africanos apresentam perspectivas semelhantes no critério descritivo funcional da atividade, porém também indicam a existência de diferentes subclasses, ou castas, cujas atribuições são variáveis de região em região. Após a constatação já realizada a partir das leituras já descritas e mencionadas aqui sobre os *djélis*, o historiador, escritor e genealogista Amadou Hampâté Bâ, também contribui com uma perspectiva diferenciada sobre esses tradicionalistas da sociedade Banfur: “O nome *djéli* em bambara significa sangue. De fato, tal como o sangue, eles circulam pelo corpo da sociedade, que podem curar ou deixar doente, conforme atenuem ou avivem os conflitos através das palavras e das canções” (HAMPATÊ BÂ 2010 p.195).

A trajetória *djéli*, segundo Hampâté Bâ, confere a este grupo uma posição supostamente inferior aos griots. Na sua perspectiva, os griots possuíam a facilidade para circular por todas as camadas das sociedades, mas captavam informações de maneira diferenciada, e as absorviam segundo seus interesses e percepções, podendo utilizar tais informações como lhes fosse conveniente. Portanto, poderiam ser difamadores, falastrões, que não seguiam os dogmas da iniciação, por isso não possuíam credibilidade para exercer ofícios como os *doma* tradicionalistas.

Mas eles também eram bons genealogistas, o que lhes conferia boa posição ao lado dos nobres, sendo influentes sobre as decisões dos seus superiores, pois conheciam a história familiar das elites políticas. Também auxiliavam na solução de conflitos e eram recompensados com presentes e a confiança dos superiores. Porém, alguns *djélis* não se fixavam a uma família, e estavam sempre em movimento, viajando em busca de conhecimento histórico sobre as

genealogias, para encantar aos nobres, que lhes ofereciam presentes como recompensa, posteriormente transformando essa atividade em profissão que exigia remuneração. (2010, p.196-198).

O DJÉLI TOUMANI KOUYATÉ

Partindo da pesquisa apresentada pela historiadora Mônica Pessoa, em sua tese de doutorado intitulada “*Existe um segredo entre nós*”: *A trajetória do djéli contemporâneo Toumani Kouyaté*, entende-se que djélis e griots são grupos sociais diferenciados. Assim, denota-se que eles possuem atribuições e percepções diferentes sobre a tradição africana, ambas de fundamental importância para a memória coletiva das suas sociedades.

Segundo Pessoa (2019), entende-se que, desde os tempos mais remotos os djélis possuíam ligação direta com os soberanos do Antigo Mali e através das suas memórias originadas no seio do patrimônio ancestral, criavam suas narrativas sobre as sagas das famílias reais. As narrativas também eram voltadas a acontecimentos dentro das suas comunidades, e continham elementos descritivos sobre a temporalidade e geografia, fatores sociais, religiosos e políticos assim como fenômenos naturais e astronômicos, o que tornava as narrativas ricas em elementos contemplando todos os grupos sociais. Eram os transmissores das “histórias oficiais”, chamados também “mestre das palavras”, e sob este dom estava instaurado a função de unificar todas as classes daquelas sociedades.

Neste trabalho de pesquisa sobre a tradição da oralidade africana, a participação de uma figura representativa da temática é de fundamental importância. Por isso, cito, a título de exemplo do papel social e cultural dos tradicionalistas, a trajetória de um djéli analisado por Mônica Pessoa em sua tese de doutoramento.

Trata-se de um djéli, que em suas viagens carrega seu conhecimento tradicional e o compartilha com outras culturas de países europeus e latino-americanos como forma de socializar e construir manter viva a tradição oral. Toumani Kouyaté “faz parte de uma geração de mediadores sociais da África Ocidental conhecidos como djéli” (PESSOA, 2019, p.290), e pertence a uma linhagem (os Kouyaté), cujas genealogias de ancestrais, transmitidas oralmente de geração em geração, remontam ao período de formação do Antigo Mali, relacionando sua história com a epopeia de seu fundador, Sundiata Keita, no século XIII.

Em entrevistas realizadas em Paris, em 2017, quando tinha 54 anos, Toumani Kouyaté enfatiza que, “você não se torna um djéli, você nasce um”, o conhecimento advém do seio familiar ancestral, a transmissão da tradição oral djéli perpassa gerações, ficando em cada uma destas os feitos históricos dos ancestrais soberanos (PESSOA, 2019, p.20).

[...] na língua bamanã, significa “*existe um segredo entre nós*” e representa um segredo que vem de um passado remoto e explica o poder da palavra e o valor histórico, social e cultural dos *djélis* nas sociedades mandingas a partir de suas narrativas, genealogias e epopeias” (PESSOA, 2019, p.13). (grifos da autora).

As narrativas transmitidas por Toumani Kouyaté, em especial sobre a construção política e a fundação do antigo Mali, evidenciam os entrelaçamentos da memória individual e coletiva, bem como um patrimônio cultural familiar, cuja legitimidade política é constantemente reforçada pela associação ao mito de fundação e à epopeia de Sundjata Keita. Esses entrelaçamentos, que vinculam de forma intrínseca o indivíduo à sua comunidade ou grupo social (e, por extensão, à ancestralidade), está associada às noções de pessoa na África negra, em especial para os grupos bambara e fulani, que entendem que o ser humano não é uma unidade homogênea, mas sim um ser complexo, habitado por uma multiplicidade de forças em constante movimento: forças físicas, psíquicas, espirituais, que são acionadas nos rituais de iniciação dos griôs e djélis (PESSOA, 2019; HAMPÂTÉ BÂ, 2010).

DA INICIAÇÃO

Um dos temas abordados nas narrativas do griô e escritor malinês Amadou Hampâté Bâ, e do djéli Toumani Kouyaté refere-se aos processos e práticas culturais de iniciação dos tradicionalistas na África Ocidental. O processo de iniciação das escolas também era diferenciado de acordo com a localidade, etnia e tradição. Segundo Hampâté Bâ (2010), a iniciação de um Doma se dava a partir dos 21 anos, mas os ensinamentos iniciavam-se primariamente na infância, ainda no seio familiar. Durante a vida adulta acumulavam conhecimento, ficando privado de *transmitir a palavra* até os 42 anos de idade, pois precisavam viajar, estudar e adquirir conhecimento sobre a vida, e sobre as especializações Doma, só depois de alcançar o entendimento necessário sobre a vida poderiam exercer a função de *transmitir a palavra*, repassando para a sociedade tudo aquilo o que haviam aprendido.

De modo geral, uma pessoa não se torna tradicionalista *doma* permanecendo em sua cidade[...]O homem que viaja descobre e vive outras iniciações, registra diferenças e semelhanças, alarga o campo de sua compreensão[...] Pode-se dizer que o homem que se tornou tradicionalista *doma* foi um pesquisador e um indagador durante toda a vida e jamais deixará de sê-lo (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.202). [grifos do autor].

Já na sociedade e região onde Toumani Kouyaté nasceu e se consagrou djéli, os processos de iniciação e formação tradicionalistas são deveras diferentes àqueles descritos por Hampâté Bâ. Toumani considera-se um relato vivo das tradições ancestrais, em sua posição e

ocupação social de professor, engenheiro e djéli itinerante, possui uma perspectiva contemporânea a respeito da iniciação. Além disso, nas palavras de Mônica Pessoa, é preciso também considerar a dimensão diaspórica, em seus contextos de reelaboração das culturas africanas, já que a trajetória de Toumani Kouyaté se divide entre a África e a Europa.

O patrimônio familiar é a base dos processos de iniciação, são os pilares da sabedoria ancestral que direcionará a criança para a vida, sendo a coletividade um fator relevante, os valores são construídos em conjunto no processo de iniciação. As crianças aos sete anos de idade são submetidas a circuncisão, primeiro processo do ritual de iniciação. Após, são isolados e passam a compreender que o medo e o sentimento advindo da vexação é comum e pertinente a todos, a coletividade é o elemento que os fortalecerá, e tal exposição revelará um ensinamento profundo sobre o mal e o próprio corpo (PESSOA, 2019, p.53).

Toda etapa da iniciação se justifica necessária quando o objetivo dessa escola djéli é formar um indivíduo que respeite e siga as tradições ancestrais e consagre os ensinamentos e experiências que viveu através da palavra. A oralidade exercida e ensinada através dos ritos de iniciação somada aos valores, a generosidade, a humildade, o desapego pela materialidade, o respeito à ancestralidade e a natureza são os pilares para a evolução dos djelis. Tais consagrações os dignificam, e o sentimento de coletividade e unidade é um propulsor para o fortalecimento dos laços ancestrais o que os torna indivíduos aptos para suas atividades djélis e necessários para as suas sociedades.

Para Toumani Kouyaté, as fronteiras físicas não são um empecilho para a disseminação da sabedoria ancestral, e é essencial utilizar desse conhecimento na aplicabilidade de suas narrativas, mesclando-as aos contextos culturais mais diversificados, possibilitando dessa forma atualização da tradição oral para a contemporaneidade. Tal conectividade permite que as experiências compartilhadas entre as similares sociedades da tradição oral de outros países e idiomas, amplifique e fortaleça esse patrimônio cultural e o torne mais rico e abrangente. Ele constrói suas narrativas baseadas no saber ancestral do seu patrimônio familiar, sua cultura e raízes, mas com nuances contemporâneas de temporalidades diversas. Nesse sentido, ele se fez romper com as fronteiras culturais e somar toda a abundância da aprendizagem cultural ancestral com elementos adquiridos em trânsito cultural de outras sociedades e culturas africanas, e mesmo em contextos afro diaspóricos.

Elaborando assim uma nova estética para a performance de contar as epopeias e narrativas ancestrais, e buscando dessa maneira valorizar e evidenciar as práticas dos grupos sociais aliados à sua tradição djéli. Ele enfatiza este lugar social, como demarcador de privilégio e status, pois faz parte da construção do processo histórico cultural e do patrimônio imaterial mandinga. Trata-se, no final das contas, de um ato de salvaguardar o patrimônio

cultural e preservar a memória e identidade dos antepassados, mantendo viva a herança cultural dessas sociedades. (PESSOA, 2019, p.47).

Além de serem considerados solucionadores de conflitos, esta casta buscava manter a organização social e a unidade dentro das suas sociedades pela força da palavra, *nyama*. Dessa forma, dentro da casta dos djélis, existem subgrupos com funções específicas, por exemplo, os Kouyatés possuem o dom da palavra, produzem sabedoria imaterial, já os Nyamakala possuem o dom da confecção, seu conhecimento é produzido através da materialidade dos objetos por eles confeccionados, com técnicas herdadas do seio familiar ancestral.

Segundo Hampâté Bâ (2010), os Nyamakala são uma casta formada por djélis que têm, entre suas atribuições, os conhecimentos especiais e específicos sobre cada área de atuação, os ensinamentos advêm da ancestralidade familiar e pelas escolas de iniciação, sendo cada função herdada pela geração anterior, e repassada à geração seguinte. Estes tradicionalistas subdividem-se em outras castas: os ferreiros; artesãos que confeccionam couro; carpinteiros e os animadores de público, djélis e griots. Sobre isso o autor afirma que “embora não exista noção de ‘superioridade’ propriamente dita, as quatro classes de Nyamakala-artesãos têm precedência sobre os griots, pois demandam iniciação e conhecimentos especiais”. (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.191). Por extensão,

A noção de castas superiores ou inferiores, por conseguinte, não se baseia em uma realidade sociológica tradicional. Ela surgiu com o decorrer do tempo, apenas em determinados lugares, provavelmente como consequência da aparição de alguns impérios onde a função de guerreiro, reservada aos nobres, lhes conferia uma espécie de supremacia. No passado distante, a noção de nobreza era sem dúvida diferente, e o poder espiritual tinha precedência sobre o poder temporal (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.190).

Esse subgrupo djéli, os Nyamakala, brevemente citado, é também elemento contribuinte das culturas africanas, sendo também a oralidade o veículo condutor dos saberes ancestrais para as sociedades contemporâneas.

OS GRIOTS

Entre as sociedades da África ocidental, especialmente os Mandês, o griot era considerado como um porta voz e interlocutor que tem a habilidade de manter viva as identidades culturais através da verbalização, realizam o avivamento da palavra para narrar as suas histórias e conseguem prender a atenção do público com animadas e caricatas performances, diferentemente da atuação do djéli; assim, segundo Toumani Kouyaté, estabelece-se uma distinção entre os djélis e os griôs:

O *griot* é o grande animador; ele tem o segredo da animação do povo, de tudo, de cerimônia. O *griot* é alguém que sabe transformar mentira em verdade. [...] Você pode virar um *griot*, mas não pode virar um *djéli*. [...] A palavra do *djéli* é sagrada; a palavra do *griot* não é sagrada (PESSOA, 2019, p. 41). (grifos da autora).

O *griot* é o guardião das memórias coletivas e tradições das genealogias do Antigo Mali e da região subsaariana. Ele retrata o passado através da palavra falada, com muita energia e entusiasmo através da musicalidade, dança e poesia, promovendo assim uma constante atualização do passado, de maneira energética e cativante. Embora existam várias hipóteses acerca do significado do termo “griô” ou “griot”, tudo indica que o termo vem de uma designação francesa, utilizado nos escritos de viajantes para descrever trovadores e contadores de histórias e em uma perspectiva colonial também possui denotação para “criado”. (PESSOA, 2019, p.42). Sobre a terminologia da palavra *griot*, Hampâté Bá a relaciona com a atribuição do tradicionalista dentro das sociedades orais de África:

O termo *Griot*, de origem francesa, recobre uma série de funções no contexto da sociedade africana. Numa sociedade em que os conhecimentos eram tradicionalmente transmitidos pela palavra – de forma oral – o *griot* tinha uma posição de destaque, pois lhe cabia transmitir a tradição histórica: era o cronista, o genealogista, o arauto, aquele que dominava a palavra (...) o *griot* ou *dieli* está próximo do *doma*, o grande conhecedor das coisas. É uma autêntica biblioteca pública, tal como o chamou (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 195).

Segundo Amadou Hampâté Bâ (2010), a atribuição dos *griots* é desempenhada de acordo com a definição da casta a qual eles pertencem, sendo possível subdividir-se em três castas: os *músicos*, aptos a tocar variados instrumentos musicais, e que também são trovadores, cantores e interpretam músicas antigas; os “*embaixadores*” e/ou *cortesãos*, que possuem laços com famílias nobres e soberanas e também atuam como mediadores de conflitos em famílias grandes e abastadas; e por último os *genealogistas*, que podem exercer até mais de uma função, são os tradicionais contadores de histórias, poetas e escritores que não possuem propriamente um elo com uma família em específico (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.193).

De forma descritiva e sempre performática, estes trovadores atraem o público para participar das suas apresentações, nas quais, através da animação utilizam da musicalidade, dança e poesia, para contar com o corpo e com as palavras sobre as práticas religiosas, organização social, política, os saberes e costumes dos seus familiares ancestrais e reis. Sendo assim, o *griot* é um elemento transitório, que circula por entre os povoados em busca de aperfeiçoamento para seu repertório de literatura oral, que recebe informações e as repassa segundo sua concepção e experiência de vida e anexa elementos sociais, naturais e

sobrenaturais as suas apresentações. Contribuindo dessa forma, para a conservação das tradições e valores ancestrais e perpetuando a memória das sociedades nas quais ele conta a história.

A EPOPEIA SUNDJATA KEITA

O conhecimento ancestral transmitido pela palavra é a herança que os antepassados deixaram para seus sucessores, estabelecendo uma ligação entre o passado e o presente, e para os Kouyatés é esse laço ancestral que garante à genealogia a tradicionalidade de ter feito parte da corte do fundador do Antigo Mali, o rei-guerreiro Sundjata Keita. (PESSOA, 2019, p.37-41).

A *Epopéia de Sundjata Keita* é uma das mais famosas narrativas sobre o soberano do Antigo Mali, e foi reproduzida por outros djélis, sendo retratado em muitas outras versões, preservando o caráter político e histórico de Sundjata Keita enquanto o fundador do Antigo Mali, uma antiga civilização mandinga, que se constituiu entre os séculos XIII e XVII na região da África Ocidental, em especial nos atuais territórios do Mali, Serra Leoa, Senegal, Gâmbia, Guiné e sul do Saara Ocidental. O Antigo Mali e seus governantes, conhecidos como Mansa, dominavam as fontes do ouro, as minas de sal e de cobre, os portos caravaneiros na região sudanesa, ao sul do Saara, e ocuparam importantes cidades, como Gao, Walata, Tombuctu e Djenne. Composto principalmente por povos mandingas, o Antigo Mali exercia seu poder de forma heterogênea, constituindo diversas relações de poder com as comunidades que estavam em sua esfera de influência política (MARQUES, 2008).

O historiador Djibril Tamsir Niane, nascido em 1932 em Cronaki na Guiné, é um historiador e escritor de contos, e que também teve uma efetiva colaboração na constituição da coletânea *História Geral da África*. Portanto, integrou o movimento de renovação da historiografia africana e africanista iniciada na década de 1960. Dentre suas obras está a transcrição da epopeia mandinga de *Sundjata Keita*, publicada em Paris, em 1960. A transcrição da epopeia ocorreu por meio de “uma escrita que emerge com a independência de inúmeros países africanos”, contexto no qual “atores e sujeitos começaram a escrever suas histórias e experiências como produções teóricas, avessas ao colonialismo” (PESSOA, 2019, p. 113).

Segundo Djibril Niane (2010), a epopeia mandinga tem suas origens no século XIII, e trata, em resumo, da rivalidade de dois meios irmãos, Sundiata, filho de Sogolon, e Dankaran Touman, filho de Sassouma. Sundjata nascera com uma incapacidade que não lhe permitia caminhar, além de ser muito feio, mas antes mesmo do seu nascimento uma profecia afirmava que ele seria um poderoso rei, e desde menino um djéli já o acompanhava para introduzi-lo nos costumes e tradições. Durante toda sua infância sofreu ataques de seu meio irmão, e quando o

rei morreu, Dankaran ascendeu ao trono e exilou Sundjata e a mãe para fora do Mali. O povo Mema o abrigou, e ali ele se tornou forte e líder do exército, depois o herdeiro do trono de Mema, mas sua mãe o encorajou a retornar ao Mali e cumprir seu destino de ser um grande rei. Contudo, nesse meio tempo, um rei impiedoso, cruel e feiticeiro, temido pelo poder militar e mágico, o Sosso Soumaoro Kanté, e que já havia dominado muitos outros reinos do antigo Gana, expulsou Dankaran, e usurpou o poder. As lideranças mandês, diante da ameaça representada pelo rei Soumaoro Kanté, se organizaram e pediram que Sundjata regressasse ao Mali, onde formou alianças com demais reinos que temiam a invasão e governança impiedosa de Sosso.

Sundjata confrontou com o rei Sosso na batalha de Kirina, onde, com uma flecha especial, derrotou os poderes de Sosso e saiu vitorioso. Foi assim coroado com o título de Mansa, “rei dos reis”. A narrativa afirma que seu governo foi próspero, justo e conduziu o Mali à grandeza, sendo ainda considerado, pela fala dos djélis como o “libertador do Mali”.

Segundo Mônica Pessoa (2019), a epopeia de *Sundjata*, pela visão de Djibril Niane, no entrecruzamento da oralidade e do registro escrito, visava externalizar ao ocidente a sabedoria da tradição oral como fonte de conhecimento histórico. O reconhecimento da cultura ancestral trazida pela oralidade dos djélis e griots fica evidente na produção textual de Niane, que através das narrativas do avô de Toumani, o djéli Mamadou Kouyaté, da aldeia de Djelibia Koro, na Guiné, resgata o patrimônio ancestral dessa genealogia que desce diretamente de Balla Fassakê, griot do soberano Sundjata.

Essa breve transcrição da *Epopeia de Sundjata Keita* revela a magnitude que a epopeia Mandê exerce sobre a história cultural em África e enfatiza a oralidade construída a partir da narrativa djéli, como fonte de elementos importantes que não são encontrados em nenhuma fonte escrita, por isso a tradição oral passada por gerações mantém viva a história dos antepassados segundo o relato dos próprios povos africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oralidade, no aspecto que tange à sociedade, é um dos elementos mais valiosos para compreender, a força das relações sociais e das práticas culturais. No continente africano, e sobretudo na África Ocidental, é através dela que se fortifica a cultura bem como a preservação da memória, costumes e valores. Dessa forma, as tradições orais das sociedades africanas foram um elo chave para compor as lacunas do processo histórico do continente.

Os agentes protagonistas das tradições colaboravam e ainda colaboram para perpetuar o legado deixado por seus antepassados, reelaborando o passado a partir da oralidade e mantendo

viva a memória das sociedades orais para as gerações futuras, não permitindo que esse patrimônio familiar cultural caia em esquecimento. E se utilizando do conhecimento implícito dentro dessas tradições, somados a descobertas arqueológicas e outros documentos físicos, intelectuais africanos puderam (re)escrever a História da África pela lente do africano, rompendo com a ideologia racista e colonial utilizada, durante muito tempo, para escrever a história do continente africano.

No Brasil a perspectiva de entusiastas pela historiografia africana é um importante veículo promocional, que torna acessível o conhecimento sobre a história e cultura dessas sociedades africanas, promovendo ainda um leque de informações que podem ser acessadas por diversos meios. É muito importante que uma nova geração de pesquisadores brasileiros faça essa ligação com a história da África, pois é inegável a presença africana e afrodescendente na construção da sociedade brasileira. Resgatar e valorizar as histórias e memórias de africanos e afro-brasileiros também se apresenta como um movimento importante no combate ao preconceito racial e à marginalização ou silenciamento da população negra no Brasil.

E para que fosse notada como importante elemento social e histórico a trajetória desses personagens, necessitou de uma lei que desse obrigatoriedade a escolas públicas e particulares o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. De acordo com a Lei 11.645 de 2008, tal obrigatoriedade se estende do ensino fundamental e médio e deve abordar conteúdos sociais, políticos, culturais históricos e atuais sobre essas etnias. E em comum acordo com a proposta da lei, este trabalho visa colaborar para a inserção de conhecimentos originários africanos no ambiente escolar e tornar evidente a luta de emancipação cultural das sociedades africanas subsaarianas através da oralidade.

A partir das reflexões realizadas sobre as temáticas apresentadas, é possível construir um paralelo informativo que seja de viés contributivo para a historiografia, enaltecendo elementos que são de relevância não somente sob o aspecto histórico, mas também sociocultural e educacional. Dessa forma, as tradições orais exercidas pelas sociedades em África, são apontadas como elementos de fundamental importância para a conservação da memória coletiva, salvaguardando a ancestralidade e história de um tempo passado. Permitindo que esse patrimônio preservado possa ser acessado e revelado como berço de conhecimento sobre narrativas e fatos dessas sociedades, contribuindo como fonte para a escrita da História, principalmente de África, que através de séculos não teve sua história contada por suas gentes, mas sim por agentes externos que negligenciavam e empobreciam a real história do continente. Para isso, esse trabalho se encontra a disposição, como recurso didático em apoio à Lei 11.645/2008, para subsidiar pesquisas e preencher lacunas sobre a oralidade das tradições africanas como fontes de registro histórico bem como seus elementos constitutivos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Muryatan. A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (Unesco). **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 64, pp. 211-230, 2012.

DERIVE, Jean. **Oralidade, literarização e oralização da literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GINO, Mariana. A Escrita da História Oral Africana: O Mali sobre a escrita. **Anais Eletrônicos do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral**, 2015. Disponível em:
<<https://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1435717597_ARQUIVO_TextoFinal-Mali.pdf>>.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África**. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212. Disponível em:
<<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>>.

KI-ZERBO, J./ HAMA, Boubou. Lugar da História na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph. (org.). **História geral da África. Vol. I**. Brasília, DF: Unesco, 2010, p.23 – 35. Disponível em:<< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>>.

KI-ZERBO, Joseph. **Historia del Africa Negra**. v. I. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

LEI 11.645 / 10 março de 2008. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>>.

LOPES, Carlos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”. In: **Actas do colóquio Construção e ensino da história da África**. Lisboa: Linopazas, 1995. p. 21-29.

MARQUES, Diego Souza. O comércio transaariano e os Estados do Sudão Ocidental: séculos VIII-XVI. In: MACEDO, José Rivair (org.). **Desvendando a História da África**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NIANE, Djibril Tamsir. Mali e a segunda expansão manden In: NIANE, Djibril Tamsir (org.).

História Geral da África v. IV. Brasília: UNESCO, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 1993, pp. 7-28.

PESSOA, Mônica. “Coisas antigas continuam no ouvido”: a tradição oral africana como fonte histórica. Revista **Faces da História**, v.6, n. 1, 2019, pp. 62-85. Disponível em: <<<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/131>>>.

PESSOA, Mônica. “**Existe um segredo entre nós**”: a trajetória do djéli contemporâneo **Toumani Kouyaté**. Tese de Doutorado, Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <<https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2551/M_nica_do_Nascimento_Pessoa_Final_16037232076501_2551.pdf>>.

SCHIFFLER, Michele Freire. Literatura, Oratura e Oralidade na performance do tempo. **Revell, Revista de estudos literários da UEMS**, v.2, nº16, 2017, p.112 - 133. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/1556/pdf_1>>.

TITO, Salvador Bonifácio Domingos. **O género da fábula na literatura de tradição oral angolana e portuguesa: o caso de Icolo e Bengo e Bragança**. Dissertação de Mestrado em Estudos Lusófonos. Covilhã: Universidade Beira Inteiro, 2018.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph. (org.). **História geral da África. I**. Brasília: UNESCO, 2010, pp.138 -166. Disponível em: <<<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>>.